

DA “SOCIEDADE DO TRABALHO” A “SOCIEDADE DO CONHECIMENTO”: O TRABALHO DOCENTE E A IDENTIDADE DE GÊNERO

Carme Bertosso de Camargo¹

André Paulo Castanha²

Resumo: O presente artigo, objetiva apresentar alguns conceitos sobre a sociedade do trabalho e do conhecimento, atrelado ao trabalho docente como trabalho imaterial e as concepções que autores como Marx (1989), Saviani (1991), Hypolito (2013), Hirata e Kergoat (2007) e Gramisc (1999) entre outros, que colocam em questão o debate teórico acerca do mundo trabalho na sociedade. Concernente à metodologia, podemos dizer que a dialética faz parte da realidade da história e das contradições, e será fundamentada bibliograficamente. Ao ressaltar o caráter do trabalho docente como trabalho imaterial, chamamos a atenção para a importância da temática uma vez que o trabalho imaterial se relaciona com o saber e as transformações implícitas na sociedade envolvendo o trabalho docente e as relações de gênero. As análises indicam que é imprescindível superar os conceitos superficiais de trabalho imaterial, cuja importância não é mensurável em valores, mas sim em saberes. Concluímos que as relações de gênero permeiam a identidade docente reforçando as hierarquias presentes na sociedade.

Palavras-chave: trabalho docente, trabalho imaterial, identidade, gênero, sociedade.

INTRODUÇÃO

Esse artigo objetiva analisar a relação trabalho imediato como produção de bens dentro do contexto produtivo e trabalho docente como trabalho imaterial, onde não se produz algo enquanto objeto em si, mas enquanto atividade, enquanto processo cognitivo. A partir da reflexão teórica sobre trabalho docente, a inquietação sobre a identidade de gênero incidem, tornando-se imprescindível o debate, uma vez que a questão de gênero está no bojo das relações sociais.

¹ Acadêmica na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, no programa de pós-graduação em educação - Mestrado, carnebertosso@gmail.com.

² Doutor em Educação e Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/PR. Orientador. E-mail: andrecastanha66@gmail.com

O presente artigo tem como objetivos evidenciar alguns conceitos sobre a sociedade do trabalho e do conhecimento, atrelado ao trabalho docente como trabalho imaterial e as concepções que colocam em questão o debate teórico acerca da identidade docente e as relações de gênero. Em uma sociedade capitalista contemporânea, o trabalho torna-se elemento central na constituição do indivíduo que é reforçada pela divisão de classes e gêneros.

Como fundamento teórico e metodológico fizemos uma discussão dialética sobre as categorias trabalho e gênero na construção da identidade docente e nos utilizamos da análise bibliográfica para compreender a relação entre esses conceitos.

O texto está dividido em duas partes, sendo que a primeira parte trata do Trabalho Docente Como Trabalho Imaterial e a segunda parte do faz uma análise do trabalho Docente e as Relações de Gênero.

1. O TRABALHO DOCENTE COMO TRABALHO IMATERIAL

Diante do cenário mundial, discutir as mudanças que envolvem a sociedade torna-se imprescindível, uma vez que a estrutura das organizações sociais está em constante transição e isso envolve o mundo do trabalho e as relações sociais. Essa reestruturação no que tange o mundo do trabalho, Gramsci (1999, p. 98) ressaltou que existe uma “premissa teórica implícita” que produz atividades práticas das diversas organizações e suas relações estão condicionadas as mais variadas formas de organização e representação social.

Os debates sobre representações sociais buscam analisar o papel dos trabalhadores e o entendimento sobre o mundo trabalho, bem como a acumulação de capital que transformou não apenas as condições materiais, mas também intelectuais e a sua organização ao longo da história. Partindo das análises Marxistas sobre o trabalho, podemos observar, segundo Marx (1989), que o processo de produção está diretamente relacionado com o trabalhador e os meios que são utilizados para produzir algo, não segue a lógica da relação da produção como capital, mas sim, como uma atividade orientada para um determinado fim, neste caso em específico, o trabalho passa a ter como fim o trabalho intelectual.

Na percepção de Gramsci (1999), o trabalho intelectual parte do pressuposto de que as relações entre as diferentes classes e categorias determinam a visão de mundo e a

emancipação humana, ambas imprescindíveis a educação. Com o intuito de compreender a atividade humana como trabalho intelectual, Mészáros argumenta que:

Não há nem uma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual [...] Além disso, fora do trabalho, todo o homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um filósofo, um artista, um homem de sensibilidade, ele partilha de uma concepção de mundo (MÉSZÁROS, p. 49).

Naturalmente percebemos que o trabalho intelectual faz parte do cotidiano como um processo natural, pois todo o homem em algum momento utiliza das suas capacidades intelectuais. No que se refere à educação, ela tem um papel transformador na sociedade sob a perspectiva do desenvolvimento social, econômico e cognitivo. O acesso irrestrito a educação e investimentos na qualificação dos docentes são elementos indispensáveis que delineiam as práticas e as representações sociais do trabalho docente.

O trabalho docente é extremamente importante e pressupõe uma prática social, multidimensional que compreende o ensino e a aprendizagem e não pode ser considerado um trabalho secundário, antes deve reconhecido, segundo Amorim (2014, p. 34) como um “trabalho intelectual”, que possui características específicas relacionadas à atividade cognitiva, particularidades do trabalho imaterial. O trabalho imaterial passa então a constituir-se como um novo modelo de produção e as mais variadas formas de trabalho que vão além da produção de mercadorias.

Este novo paradigma abre alguns questionamentos acerca do termo trabalho imaterial³ e seu uso. Amorim (2014) enfatiza que o conteúdo que era material está em transição para o imaterial, ou seja, o trabalho físico diminui alterando sua natureza e o cognitivo passa a prevalecer, derivando o conceito de criatividade intelectual. Dentro dessa ótica, o trabalho imaterial está em processo de hegemonia e desempenha um papel importante no movimento de conhecimento e troca de informações, valorizando classes de trabalho que englobam uma gama de atividades e estão intimamente ligadas a prestação de serviços, compreendendo a educação e o trabalho docente como prestadora serviço de intelectual e cognitivo.

Hypolito e Grishcke (2013) destacam que:

³ Segundo Cordeiro “O caminho histórico da teoria do trabalho imaterial encontra-se no berço teórico do operismo italiano, uma corrente neomarxista. [...]. O operismo compreende um conjunto de novas ideias que vislumbram uma nova perspectiva de abordagem de lutas entre capital e trabalho das classes sociais e a produção capitalista” (2014, p. 38).

O trabalho docente, além de ser um excelente exemplo da tendência social de hegemonia do trabalho imaterial na sociedade, é um campo de estudo a ser explorado em virtude das vastas e profundas transformações da escola e da educação no contexto de todas as transformações que se realizam na sociedade de mercado e no mundo do trabalho (p. 520).

Dentro deste rol de trabalho imaterial Gorz ressalta que “os saberes não existem senão em sua prática viva [...] eles não podem ser destacados dos indivíduos que os praticam [...] sendo constituído das relações sociais” (2005, p. 33).

Quanto à produção e apropriação do saber Saviani sintetiza o saber como um processo produtivo que “deslocou-se do campo para a cidade, da agricultura para a indústria, a qual converteu o saber, de potência espiritual (intelectual) em potência material, isto é, transformou o saber (a ciência) em meio de produção” (1991, p. 86). Ainda segundo Saviani o trabalho imaterial possui características que se diferenciam e envolvem a produção, o conhecimento e a educação, sendo este um tripé que deve sustentar a prática docente.

As afirmações apresentadas enfatizam que o trabalho imaterial está presente em uma nova categoria de trabalho, que é o trabalho docente e a transmissão de saberes que desempenham um papel fundamental no contexto educacional e na apropriação do conhecimento. Percebemos na citação de Saviani (1991) que há uma íntima relação entre a produção imaterial e o saber, ou seja, o saber vai além da significação do termo em si, o saber requer um tipo específico de atividade humana que é o trabalho imaterial e sua relação e valorização com o trabalho intelectual.

Corroborando com a ideia de Saviani, Marx (1989), denomina o que é trabalho imaterial, ou seja, um tipo de trabalho que não se produz algo enquanto objeto em si, mas enquanto atividade, enquanto processo. A partir da análise de Marx, constata-se que prática docente, o saber produzido não é palpável e não é visto como uma função que gere lucros, mas sim que produz relações sociais e estabelecem um elo com a prática social, gerando produtos imateriais como o conhecimento.

Sobre os saberes e competências no trabalho imaterial Gorz, ressalta que é “impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo de objetivar” (2005, p. 17) estes saberes. Assim, podemos caracterizar os saberes como conhecimento, e a aquisição de tais conhecimentos possibilitam aos docentes assumir a

condição de sujeitos, que em sua prática social podem modificar profundamente o objeto humano e a natureza do trabalho, bem como a sua identidade docente.

A característica de gênero e trabalho parte do pressuposto de hierarquização social, que separa os gêneros em ‘homem e mulher’ e as relações que permeiam a sociedade. Quanto à identidade Silva destaca que:

a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. [...]. Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade (2000, p. 81).

Podemos perceber que a questão de identidade está intimamente ligada com a diferença, distinguindo quem somos, classificando-nos, destacando as diferenças dentro de uma categoria binária homem/mulher e as relações de poder são resultantes da disputa entre grupos ou classes sociais que normatizam as representações ligadas a identidade e gênero.

2. O TRABALHO DOCENTE E AS RELAÇÕES DE GÊNERO.

Partindo da reflexão apresentada, o homem como ser social se constitui na relação com a realidade concreta, cria mecanismos, reflete se expressa e desenvolve seu trabalho, relacionando-o com o produto - saber – e as mediações que possibilitam determinar a historicidade e a identidade docente (ABREU E LANDINI, 2003). Como realidade concreta o homem reflete o que o cerca, estabelecendo e reforçando sua condição de profissional da educação.

Via de regra, não há relação entre trabalho imaterial e identidade profissional docente. Tomando os docentes como sujeitos históricos pertencentes a uma classe trabalhadora em funções profissionais semelhantes, faremos uma reflexão sobre a questão de gênero na docência. Destaca-se a importância do recorte por estar diretamente ligado ao objeto de pesquisa e por captar a realidade concreta, que nos é apresentada.

No contexto do trabalho docente, a identidade é vista como uma engrenagem que integra o indivíduo na história. Para melhor entender o conceito de identidade docente, vamos utilizar a seguinte definição.

É preciso entender o conceito de identidade docente como uma realidade que evolui e se desenvolve, tanto pessoal como coletivamente. A identidade não é algo que se possui, mas sim algo que se desenvolve durante a vida. A identidade não é um atributo fixo para uma pessoa, e sim um fenômeno relacional. O desenvolvimento da identidade acontece no terreno do intersubjetivo e se caracteriza como um processo evolutivo, um processo de interpretação de si mesmo como pessoa dentro de um determinado contexto. Sendo assim, a identidade pode ser entendida como uma resposta à pergunta “quem sou eu neste momento?” A identidade profissional não é uma identidade estável, inerente ou fixa. É resultado de um complexo e dinâmico equilíbrio onde a própria imagem como profissional tem que se harmonizar com uma variedade de papéis que os professores sentem que devem desempenhar (MARCELO 2009, p. 112).

Essa definição nos permite entender que o processo de identidade está em constante evolução e que pode ter diferentes contextos sociais, morais, pessoais e cognitivos. Dentro desta ótica, a questão de gênero fica evidente e reflete nas práticas cotidianas que envolvem a escolha profissional e está historicamente ligada à divisão social do trabalho e os momentos históricos que foram verificados em cada época e sociedade (Marx, 1989). Corroborando com o excerto, Ataíde (2013) enfatiza que homens e mulheres constroem sua identidade em decorrência das vivências de mundo e de contextos socioculturais nos quais estão inseridos, que refletem na ação docente.

Ainda segundo Ataíde, o legado patriarcal define as atribuições de homens e mulheres na educação, “cuja tendência é destinar homens aos cargos de comando mais elevados de ensino e as mulheres os níveis mais elementares, como a educação infantil” (2013 p. 9). Nóvoa destaca que o “prestígio de uma profissão mede-se em grande parte, pela sua visibilidade social” (2009, p. 44), o que poderia explicar o porquê alguns cargos são destinados aos ‘homens’ e outros as ‘mulheres’, o que implica em uma ruptura de paradigmas sobre uma divisão do trabalho desigual e hierárquico.

Sabemos que a diferença e a identidade são elementos que se manifestam multiplamente e que a visibilidade expressa-se através da classificação utilizadas pela sociedade onde o “outro é o outro gênero, outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, ou outro corpo diferente” (Silva, 2000, pág.97), que determinam a identidade e o caráter cultural que diferencia os gêneros.

As diferenças apresentadas é uma idealização cultural que ‘separa’ homens e mulheres dentro da sociedade e estendem-se ao mercado de trabalho, onde a tendência é

considerar o intelectual e o físico com critério para assumir determinados postos de trabalho. Concernente a desigualdade e a divisão do trabalho a análise de Hirata e Kergoat (2007, p. 599) reforçam que as características “prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” o que reforça a dicotomia.

Podemos perceber que a divisão e o reducionismo do trabalho em hierarquias geram uma fragmentação social, que identifica os postos ocupados por homens e mulheres dentro da sociedade, coincidindo sobre a divisão do trabalho as particularidades da constituição profissional da categoria dos professores sem levar em consideração a capacidade.

Enquanto docência como profissão, a história nos permite analisar que a inserção da mulher no mercado de trabalho faz referência a feminização do magistério, que naturalmente, deixou marcas que estão presentes até os dias de hoje. A esse respeito, Castanha (2015) evidencia que o aumento considerável de escolas femininas e, conseqüentemente, o aumento no número de professoras contribuíram para a crescente participação das mulheres nas escolas e conseqüentemente no mercado de trabalho. É importante destacar que a identidade profissional é construída a partir das representações sociais e atuação dentro dos espaços escolares que derivam das evoluções históricas da sociedade da política.

A divisão do trabalho na sociedade sempre existiu e tem dois princípios organizadores que são destacados por Hirata e Kergoat (2007, p.599). Quais sejam: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). [...] são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço”.

De acordo com as autoras esses princípios estão legitimados nas sociedades e eles podem mudar de forma dinâmica, e alteram as configurações do mercado de trabalho. Sobre a divisão do trabalho as autoras destacam que existem duas acepções distintas:

Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho (HIRATA e KERGOAT 2007, p. 596).

Diante do exposto, fica evidente que há uma dicotomia no mercado de trabalho no que tange a desigualdade de gênero que é definida por Hirata e Kergoat (2007, p. 598) de “relação social de sexo” que constituem interesses antagônicos que estão embasadas em construções sociais hierárquicas. O antagonismo entre a divisão do trabalho e dos sexos é caracterizada por quatro dimensões que compreendem:

A relação entre grupos definidos;
As diferenças contatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais;
Essa construção social tem uma base material, e não é unicamente ideológica, em outros termos, a mudança de mentalidades, jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta;
Essas relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder (KERGOAT 2009, p. 71).

Como podemos observar a relação apresentada anteriormente pela autora, nos remete a dois grupos sociais distintos: homens e mulheres, sujeitos de um contexto histórico e adaptados a cada sociedade que tem suas regras e princípios norteadores onde homens e mulheres são vistos de forma diferente dentro da sociedade e esta visão é reforçada dentro dos espaços escolares, definindo os papéis sociais desempenhados.

Mediante a situação descrita, Cunha (2012 p. 9) considera que é “importante continuar a refletir sobre a construção cultural que impõe a homens e mulheres assumirem atitudes e comportamentos que se inserem numa complexa rede de poder” que está empregando na sociedade e gera estranhamento quando ocorre a inversão dos papéis sociais. Diante do exposto é relevante refletir sobre as relações de gênero dos discursos que moralizam as normas da sociedade e que constituem homens e mulheres na construção social de gênero, que perpassa os muros escolares (Louro 2020) e abrem questionamentos a capacidade superior cognitiva de um gênero em detrimento de outro.

CONCLUSÃO

No decorrer da escrita, ficou evidente que as relações de gênero permeiam a identidade docente e a sociedade, reforçando a hierarquização, principalmente dos postos de trabalho. Diante do cenário apresentado cabe pensar sobre as desigualdades

sociais de gêneros e a desconstrução de estereótipos que colocam os sujeitos ‘fora do lugar’ dentro das relações sociais.

No percurso percorrido até aqui, cabe a reflexão sobre a identidade e suas aproximações o gênero e suas divisões binárias que definem as relações de poder dentro de grupos ou categorias resultantes da disputa sociais que normatizam as representações ligadas a identidade e gênero.

Diante das análises apresentadas, percebemos que é imprescindível redirecionar o olhar para o trabalho docente como trabalho imaterial, que em linhas gerais está centrada nos trabalhos intelectuais que priorizam o conhecimento, cuja importância não é mensurável em valores, mas sim em saberes, e que exigem investimentos em material humano, aqui prioritariamente nos saberes e conhecimentos dos professores que devem buscar seu espaço na sociedade independente dos papéis atribuídos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Claudia Barcelos de Moura. LANDINI Sonia Regina. **TRABALHO DOCENTE: A DINÂMICA ENTRE FORMAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E PROLETARIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 4, n.8, p.33-44, jan./abr. 2003.

AMORIM, Henrique. **AS TEORIAS DO TRABALHO IMATERIAL: uma reflexão crítica a partir de Marx**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/TM3Ws8vsK8h8TgjrSdDgpsB/?lang=pt>. Acesso em 20/08/2021.

ATAÍDE, Patrícia Costa. **IDENTIDADE E FEMINIZAÇÃO DOCENTE: O OLHAR DAS MULHERES PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ/MA**. UFMA. São Luiz 2013.

CASTANHA, André Paulo. **O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL DO SÉCULO 19: COEDUCAÇÃO OU ESCOLAS MISTAS** Revista História da Educação, vol. 19, núm. 47, 197-212 Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação Rio Grande do Sul, Brasil.

CUNHA, Amélia Terezinha Brun da. **SOBRE A CARREIRA DOCENTE, A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E A DOCÊNCIA MASCULINA NA CONSTRUÇÃO DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE INFANTIL**. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2974/824>. Acesso em 03/01/2021.

CORDEIRO, Jadson. **TRABALHO MATERIAL E VALOR-TRABALHO EM MARX: UMA ANÁLISE SOBRE A VALORIZAÇÃO DO CAPITAL**.

Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Ciências Sociais. Uberlândia MG-2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/12909/1/TrabalhoImaterialValor.pdf>.
Acesso em: 21/08/2021.

GORZ, André. **O IMATERIAL: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **CADERNOS DO CÁRCERE: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **NOVAS CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KERGOAT, Danièle, **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO**. 1ª ed. São Paulo-SP. UNESP. 2009. (Pág. 67- 75).

HYPOLITO, Álvaro Moreira. GRISHCKE, Paulo Eduardo. **TRABALHO IMATERIAL E TRABALHO DOCENTE**. Educação Santa Maria | v. 38 | n. 3 | p. 507-522 | set./dez. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46.pdf> Acesso em: 28/12/2020.

MARCELO, Carlos. **A IDENTIDADE DOCENTE: CONSTANTES E DESAFIOS**. Revista Brasileira De Pesquisa Sobre Formação Docente Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 109-131, ago./dez. 2009. Disponível em:
<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br> . Acesso em: 01/09/2021.

MARX, Karl. **O PROCESSO DE TRABALHO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE VALORIZAÇÃO**. In: O Capital. Seção III. Capítulo V: Processo de trabalho e processo de produção de mais valia). Tradução de Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 12 ed. 1989. (p. 188-201).

MÉSZÁROS, István. **A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL**. São Paulo. Boitempo, 2005. Pág. 19-79.

NÓVOA, Antônio. **Professores: IMAGENS DO FUTURO PRESENTE**. EDUCA Instituto de Educação Universidade de Lisboa Alameda da Universidade. Lisboa, 2009. Pág. 24-45.

SAVIANI, Dermeval. **EDUCAÇÃO E QUESTÕES DA ATUALIDADE**. São Paulo: Livros do Tatu e Cortez, 1991.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **IDENTIDADE E DIFERENÇA: A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS** /Tomaz Thdeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 pág. 73- 102.

